



Solutores para o
Sistema de Crédito

**CONTRATO DE NOMEAÇÃO DE AGENTE GARANTIDOR PARA A PRESTAÇÃO DE
SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO DE CONTA VINCULADA**

O presente Contrato de Nomeação de Agente Garantidor (o "Contrato") é celebrado entre:

- (i) **GESTORES PRISIONAIS ASSOCIADOS S/A**, sociedade anônima devidamente constituída de acordo com as leis brasileiras, com sede na Avenida Brasil 1438 sala 306 Belo Horizonte CEP 30140-003 cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, inscrita no CNPJ sob o nº 10.880.989/0001-29, neste ato representada de acordo com seu Contrato Social por seus representantes legais ("Concessionária");
- (ii) **ITAÚ UNIBANCO S.A.**, instituição financeira devidamente autorizada a funcionar no Brasil pelo Banco Central do Brasil, com sede na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, Torre Olavo Setubal, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob o nº 60.701.190/0001-04, neste ato representada de acordo com o seu Estatuto Social por seus representantes legais ("Agente Garantidor"); e
- (iii) **ESTADO DE MINAS GERAIS**, por intermédio da **SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA SOCIAL DE MINAS GERAIS**, órgão da Administração direta do Estado de Minas Gerais, com sede na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, inscrita no CNPJ sob o nº 05.487.631/0001-09, neste ato representada pelo Sr. Secretário de Estado Lafayette Luiz Doorgal de Andrada; da **SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE MINAS GERAIS**, órgão da Administração Direta do Estado de Minas Gerais, com sede na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, inscrita no CNPJ sob o nº 05.480.378/0001-53, neste ato representada pela Sra. Secretária de Estado Dorothea Fonseca Furquim Werneck; e da **SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DE MINAS GERAIS**, órgão da Administração Direta do Estado de Minas Gerais, com sede na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, inscrita no CNPJ sob o nº 18.715.615/0001-60, neste ato representada pelo Sr. Secretário de Estado Leonardo Mauricio Colombini Lima, ("Poder Concedente"), e
- (iv) **O BANCO DE DESENVOLVIMENTO DE MINAS GERAIS S.A**, empresa Pública estadual, com sede na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Rua Bahia, 1.600, inscrita no CNPJ sob o nº 38.486.817/0001-94,, neste ato representado de acordo com seu Estatuto Social por seus representantes legais ("BDMG"), neste ato na qualidade de intervenientes anuentes.

CONSIDERANDO QUE:





1. após ter sido declarada vencedora do processo licitatório nº. 20/2008, a **Concessionária** celebrou com o **Poder Concedente** o Contrato de Concessão Administrativa nº. 336039.54.1338.09, datado de 16 de junho de 2009 ("**Contrato de Concessão**"), nos termos do qual foi concedido à **Concessionária** o direito de construir, operar e manter o Complexo Penal de acordo com os termos e condições lá previstos e que constitui o Anexo 1 a este Contrato (o "**Contrato de Concessão**");
2. nos termos da Cláusula 28 do **Contrato de Concessão**, o **Poder Concedente** constituiu em favor da **Concessionária** determinadas garantias pignoratícias ("**Garantias**"), com a finalidade de garantir o integral e pontual pagamento de obrigações do **Poder Concedente** assumidas nos termos do **Contrato de Concessão**;
3. as **Garantias** consistem na constituição de penhor pelo **Poder Concedente** em favor da **Concessionária** sobre direitos creditórios, debêntures e títulos da dívida pública federal, descritas no Anexo 3, por meio de Contrato de Penhor, celebrado, em 16 de junho de 2009, entre o **Poder Concedente** e a **Concessionária**, ora contratante, que constitui o Anexo 2 deste Contrato ("**Contrato de Penhor**");
4. ainda de acordo com a Cláusula 28 do **Contrato de Concessão**, deve a **Concessionária** contratar instituição financeira brasileira de primeira linha para a prestação de serviços de custódia, gerência e administração de todas as quantias relacionadas às **Garantias** (os "**Serviços**");
5. com a finalidade de cumprir suas obrigações previstas no **Contrato de Concessão**, a **Concessionária**, ora contratante, com a anuência do **Poder Concedente** e do BDMG, contrata o **Agente Garantidor** para a prestação dos **Serviços** e o **Agente Garantidor** está de acordo em prestar referidos **Serviços** em consonância com os termos e condições contidos neste Contrato.

TÊM AS PARTES entre si justo e contratado celebrar o presente Contrato, que se regerá pelas cláusulas e condições a seguir estipuladas.

1. **Termos Definidos.** Salvo expressa disposição em sentido contrário contida neste instrumento, termos iniciados em letras maiúsculas utilizados neste instrumento e não definidos de outra forma terão os mesmos significados a eles atribuídos na Cláusula 1.1 do **Contrato de Concessão**. Os termos definidos no singular têm o mesmo significado quando utilizados no plural e vice-versa. Os termos que designem gênero masculino também designam o gênero feminino e vice-versa.
2. **Partes.** Para fins deste Contrato consideram-se partes a sociedade Gestores Prisionais Associados S/A, o Itaú Unibanco S.A. e, na qualidade de intervenientes, o Estado de Minas Gerais e o Banco de Desenvolvimento do Estado de Minas Gerais. As normas





aplicáveis às partes que também o forem ao Estado de Minas Gerais deverão conter disposição expressa nesse sentido.

3. Nomeação do Agente Garantidor. A **Concessionária**, ora contratante, neste ato, de forma irrevogável e irrevogável, nomeia e constitui o Itaú Unibanco S.A. como Agente Garantidor, outorgando-lhe suficientes poderes para prestar os serviços de conta vinculada e de administração das **Garantias** nos termos e condições abaixo estipulados, e o **Agente Garantidor**, neste ato, aceita tal nomeação, obrigando-se a cumprir todos os termos e condições aqui previstos, empregando, na execução do mandato ora outorgado, a mesma diligência que empregaria na gerência de seus próprios negócios.
4. Depósito das Garantias. O **Agente Garantidor**, na qualidade de administrador e gestor das **Garantias**, é nomeado, neste ato, nos termos dos artigos 627 e seguintes do Código Civil Brasileiro, depositário dos títulos, recursos e demais direitos de crédito do **Poder Concedente** constituintes das **Garantias**, devendo manter em depósito em conta bancária específica (a "**Conta Garantia**") todos os recursos financeiros advindos da liquidação, amortização ou quitação das **Garantias**, bem como em custódia todos os títulos e demais documentos representativos ou comprobatórios das **Garantias**, incluindo, sem limitação, contratos de empréstimo, cédulas e certificados de debêntures, notas promissórias e certificados de depósitos mantidos junto a instituições de custódia e liquidação autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (os "**Títulos**").
 - 4.1. Transferência dos Títulos. Para os fins do Parágrafo único do artigo 1.452 do Código Civil Brasileiro, o **Poder Concedente** e o **BDMG**, conforme o caso, entregarão ao **Agente Garantidor**, dentro de, no máximo, 5 (cinco) dias úteis contados da celebração do presente Contrato, a versão original de todos os **Títulos** e demais ativos representativos da garantia firmada na presente contratação, devidamente endossados em favor do **Agente Garantidor** ou contendo autorização para que este possa desempenhar as atribuições previstas no **Contrato de Concessão**.
5. Gestão da Conta Garantia. Sem que tenha ocorrido qualquer evento de inadimplemento das obrigações do **Poder Concedente** nos termos do **Contrato de Concessão** e desde que haja, na vigência do presente Instrumento, a recomposição do valor integral das **Garantias** nos termos do **Contrato de Concessão**, deverá o **Agente Garantidor** realizar as liberações oriundas das ou relacionadas às **Garantias** diretamente em nome e para o benefício do **Poder Concedente** ou do **BDMG**, conforme o caso.
 - 5.1. Gestão da Conta Garantia após Inadimplemento do Poder Concedente. Respeitados os procedimentos previstos no **Contrato de Concessão** e no **Contrato de Penhor**, na hipótese de ocorrência e continuidade de um evento de inadimplemento do **Poder Concedente** nos termos do **Contrato de Concessão**, o **Agente Garantidor** deverá exercer todos os poderes conferidos por lei, pelo





Contrato de Concessão e pelo Contrato de Penhor na excussão das Garantias.

6. Administração das Garantias. Adicionalmente ao disposto no artigo 1.459 do Código Civil Brasileiro o **Poder Concedente** e o **BDMG**, neste ato, outorgam ao **Agente Garantidor** todos os poderes de reclamar e demandar extrajudicialmente a preservação dos direitos a eles outorgados, no todo ou em parte, bem como poderes para praticar todos os atos que se façam necessários para esse fim, em estrito cumprimento às disposições contidas neste Contrato.
7. Redução das Garantias. Caso, durante a vigência do presente Contrato, o valor total das **Garantias** venha a ser reduzido a valores inferiores aos valores constantes da Cláusula 28.3 do **Contrato de Concessão**, deverá o **Agente Garantidor** notificar a **Concessionária**, o **Poder Concedente** e o **BDMG** para que os últimos recomponham o valor das **Garantias** de acordo com os termos e condições previstos no **Contrato Concessão**.
8. Vigência, Renúncia e Destituição do Agente Garantidor. Este Contrato é celebrado pelo prazo equivalente ao do **Contrato de Concessão**. O **Agente Garantidor** poderá, a qualquer tempo, mediante notificação com antecedência mínima de 90 (noventa) dias à **Concessionária**, ao **BDMG** e ao **Poder Concedente**, renunciar aos poderes que lhe são conferidos por meio do presente Contrato. Da mesma forma, poderão a **Concessionária**, o **BDMG** e o **Poder Concedente**, de comum acordo, optar por destituir o **Agente Garantidor** de suas funções, a qualquer tempo, mediante notificação prévia com antecedência mínima de 90 (noventa) dias, observados os termos e condições do **Contrato de Concessão**. No caso de destituição do **Agente Garantidor**, o efetivo encerramento das funções exercidas pelo **Agente Garantidor** somente ocorrerá a partir do momento em que houver o pagamento integral de todos os valores devidos ao **Agente Garantidor**, nos termos deste Contrato. No caso de haver Renúncia ou Destituição do **Agente Garantidor**, deverá a **Concessionária** contratar outra instituição financeira para desempenhar as funções estabelecidas neste contrato e no **Contrato de Concessão**.
 - 8.1 O **Agente Garantidor** deverá renunciar à sua função, na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra circunstância que impeça o exercício de suas atribuições.
 - 8.2 Nas hipóteses de impedimento, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência, ou qualquer outro caso que impossibilite as atividades do **Agente Garantidor**, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do evento, a contratação de novo **Agente Garantidor**, respeitadas as regras definidas no **Contrato de Concessão**.



8.3 Restituição dos Títulos e outros Bens. No caso de renúncia ou destituição, obriga-se o **Agente Garantidor** a restituir ao **Poder Concedente** e/ou ao **BDMG** ou a qualquer outra instituição financeira que esses venham a designar todos os **Títulos** e demais valores mantidos em depósito ou custódia junto ao **Agente Garantidor** quando do efetivo encerramento de suas funções, nos termos deste Contrato.

- 9 Obrigações do Agente Garantidor. O **Agente Garantidor**, por este ato, de forma irrevogável e irretroatável, obriga-se a:
- (a) proteger os direitos e interesses da **Concessionária**, do **Poder Concedente** e do **BDMG**, aplicando, no exercício de suas funções, o cuidado e a diligência que toda pessoa diligente e proba costuma empregar na administração de seus próprios negócios;
 - (b) administrar os bens gravados, incluindo o recebimento dos valores decorrentes de sua quitação, rendimento ou resgate;
 - (c) notificar as partes a respeito dos eventos relacionados à administração das **Garantias** e da movimentação dos recursos delas decorrentes;
 - (d) notificar o eventuais agentes fiduciários ou custodiantes das debêntures e os encarregados do sistema centralizado de liquidação e custódia a respeito das determinações decorrentes deste Contrato, do **Contrato de Penhor** e do **Contrato de Concessão**;
 - (e) fiscalizar e controlar o valor global das garantias existentes, de modo a assegurar a observância dos compromissos assumidos na Cláusula 28.3 do **Contrato de Concessão**, em conformidade com o disposto na Cláusula 7 acima;
 - (f) receber e transferir ao **Poder Concedente** os recursos decorrentes do pagamento dos direitos creditórios, do resgate das debêntures e dos rendimentos e resgates dos títulos públicos federais gravados, quando verificadas as hipóteses descritas nas Cláusulas 28.8 e 28.9 do **Contrato de Concessão** e na Cláusula 5 do presente Contrato;
 - (g) transferir bens ou recursos à **Concessionária** quando da ocorrência das hipóteses autorizadoras da execução da garantia;
 - (h) elaborar relatórios periódicos sobre a movimentação dos bens e recursos e prestar as informações que lhe forem solicitadas;
 - (i) fornecer senha ao **Poder Concedente**, à **Concessionária** e ao **BDMG** para permitir-lhes a consulta eletrônica diária da movimentação de recursos.
 - (j) notificar ao **BDMG** o pagamento dos direitos creditórios pelos respectivos devedores no prazo de 2 (dois) dias úteis de sua ocorrência; e
 - (k) repassar ao **BDMG** as parcelas de recursos que lhes são destinadas a título remuneratório, na forma prevista na legislação dos fundos estaduais.
- 10 Declarações do Agente Garantidor. O **Agente Garantidor**, por meio deste Contrato, declara à **Concessionária**, ao **Poder Concedente** e ao **BDMG** o quanto segue:
- (a) é uma instituição financeira devidamente constituída e existente de acordo com as leis brasileiras, estando autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, incluindo, sem limitação, no que se refere ao exercício das atividades previstas no presente Contrato,



- possui pleno poder, autoridade e capacidade para celebrar este Contrato e cumprir as obrigações ora assumidas;
- (b) o presente Contrato constitui uma obrigação legal, válida e vinculativa da mesma, podendo ser executada de acordo com seus termos;
 - (c) a assinatura e execução do presente Contrato não constituirá violação de seu Estatuto Social ou quaisquer outros documentos societários, bem como não deverá constituir violação ou inadimplemento de qualquer contrato de que seja parte;
 - (d) conhece e está plenamente ciente de todos os termos e condições previstos no **Contrato de Penhor e no Contrato de Concessão**;
 - (e) não é necessária a obtenção de qualquer aprovação governamental, ou quaisquer outros consentimentos, aprovações, ou notificações com relação à validade ou exequibilidade deste instrumento; e
 - (f) não há qualquer litígio, investigação ou processo perante qualquer tribunal de arbitragem, juízo ou tribunal administrativo com relação ao presente Contrato ou a qualquer das obrigações aqui previstas, que esteja pendente ou, no melhor do conhecimento do **Agente Garantidor**, seja iminente, e que acarrete um efeito adverso relevante ao **Agente Garantidor** ou qualquer de suas propriedades, direitos, receitas ou bens, que venha a prejudicar o cumprimento de suas obrigações estabelecidas neste Contrato.

- 11 Remuneração do Agente Garantidor. Pela prestação dos **Serviços**, a **Concessionária** pagará ao **Agente Garantidor**, no 10º dia do mês subsequente à assinatura deste Contrato, o valor de R\$ 15.800,00 (quinze mil e oitocentos reais) e, mensalmente, no 10º (décimo) dia do mês subsequente ao da prestação de serviços, a remuneração fixa no valor de R\$ 9.875,00 (nove mil, oitocentos e setenta e cinco reais), ambos por meio de débito, desde já autorizado, na conta corrente nº 06172-2, agência 7475, mantida pela **Concessionária** no **Agente Garantidor**. A remuneração fixa deverá ser reajustada anualmente de acordo com a variação do IGP-M (Índice Geral de Preços do Mercado), ou, na sua falta, do IGP-DI (Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna), ambos publicados pela Fundação Getúlio Vargas - FGV.
- 12 Renúncias e Aditamentos. Não obstante quaisquer disposições deste Contrato, nenhum aditamento a qualquer de suas disposições (inclusive qualquer renúncia ou consentimento) será eficaz a não ser que esteja feito por escrito e assinado por todas as partes do presente Contrato.
- 13 Independência entre as Disposições. Se qualquer disposição do presente Contrato for considerada nula, ilegal ou inexecutável nos termos da lei, em qualquer jurisdição, a disposição em questão será ineficaz tão-somente na medida da nulidade, ilegalidade ou inexecutabilidade daquela disposição, e não afetará quaisquer outras disposições aqui contidas nem a validade, legalidade ou exequibilidade daquela disposição em qualquer outra jurisdição.





- 14 Totalidade das Avenças; Sucessores e Cessionários. É intenção das partes que o presente Contrato configure a expressão final das avenças havidas entre elas com relação a seu objeto e que configure ademais a declaração completa e exclusiva dos termos e condições das aludidas avenças, substituindo qualquer outro entendimento escrito ou verbal que possa haver com relação à matéria aqui tratada. O presente Contrato obrigará e reverterá em benefício das partes aqui presentes, bem como de seus respectivos sucessores e cessionários autorizados.

14.1 Fica vedada a cessão dos direitos e transferência das obrigações decorrentes deste contrato sem anuência da outra parte, ressalvada a hipótese de o Agente Garantidor ceder total ou parcialmente a empresa pertencente aos seus conglomerados econômicos, desde que os cessionários estejam autorizados pelos órgãos reguladores a exercer as atividades decorrentes deste contrato, e que os cessionários sejam credenciados no rol de instituições financeiras da Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais - SEF.

- 15 Notificações. Qualquer Notificação exigida ou permitida nos termos deste Contrato será dada por escrito através de entrega em mãos, fac-símile, serviço de entrega rápida ou por correspondência registrada, com recibo de entrega, postagem paga antecipadamente, endereçados à parte que receber os mesmos em seus respectivos endereços conforme disposto abaixo, ou aquele que venha a ser posteriormente designado pela parte.

Para a Concessionária:

GESTORES PRISIONAIS ASSOCIADOS S/A.

Aos cuidados do Diretor Presidente

Endereço: Av. Brasil 1438 sl 306

Belo Horizonte - MG

CEP 30.140-003

Telefone: 31 3224 0341

Fax: 31 3224 0341

E-mail: marcospacheco@gpamg.com.br

Para o Agente Garantidor:

ITAÚ UNIBANCO S.A.

Aos cuidados da Gerência de Trustee

Endereço: Avenida Engenheiro Armando de Arruda Pereira, 707 - 10º andar - Torre

Eudoro Villela - São Paulo - SP

CEP 04344-902

Fax: (11) 5029.1535

Email: trustee.operacional@itau-unibanco.com.br





Soluções para o
Mercado de Capitais

Para o BDMG:

BANCO DE DESENVOLVIMENTO DE MINAS GERAIS S.A.

Aos cuidados do Diretor Superintendente Saulo Marques Cerqueira e da analista Giselle Moraes da Fonseca Diniz
Endereço: Rua da Bahia, 1.600, 2º andar - Bairro de Lourdes - Belo Horizonte - MG
CEP 30.160-907
Fax: (31) 3219-8929
E-mail: mccontrato@bdmg.mg.gov.br

Para o Poder Concedente:

SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA SOCIAL

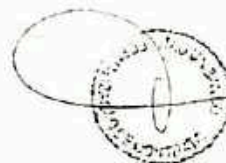
Aos cuidados do Dr. Lafayette Luiz Doorgal de Andrada, com cópia para a Unidade Setorial de Parcerias Público-Privadas, ao Sr. Marcelo Jose Gonçalves da Costa
Endereço: Rodovia Prefeito Américo Giannetti, s/n. Edifício Minas - 3º andar - Bairro Serra Verde - Belo Horizonte - MG
CEP: 31.630-900
Fax: (31) 3915-5613
E-mail: ppp@defesasocial.mg.gov.br

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Aos cuidados da Dra. Dorothea Fonseca Furquim Werneck, com cópia para a Unidade de Parcerias Público-Privadas, ao Sr. Marcos Siqueira Moraes
Endereço: Rodovia Prefeito Américo Giannetti, s/n. 3º andar - Edifício Minas - Bairro Serra Verde - Belo Horizonte - MG
CEP: 31.630-900
Fax: (31) 3915-3079
E-mail: marcos.siqueira@ppp.mg.gov.br

SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA

Aos cuidados do Dr. Leonardo Maurício Colombini Lima, com cópia para o Sr. Eduardo Antônio Codo Santos
Endereço: Rodovia Prefeito Américo Giannetti, s/n, 7º andar - Edifício Gerais - Serra Verde - Belo Horizonte - MG
CEP: 31.630-900
Fax: (31) 3915 6928
E-mail: eduardo.santos@fazenda.mg.gov.br





Soluções para
Negócios e Pessoas

16 Conflito. Em caso de conflito, entre qualquer disposição deste Contrato e do Contrato de Concessão, as disposições do Contrato de Concessão prevalecerão.

17 Lei Aplicável; Foro. O presente Contrato será regido e interpretado em conformidade com as leis do Brasil. As partes aqui presentes elegem o foro da Comarca da Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, Brasil, como foro competente para submeter qualquer ação ou procedimento que vise dirimir qualquer litígio ou controvérsia decorrente do presente Contrato, e as partes em caráter irrevogável renunciam a qualquer outro foro, por mais privilegiado que seja.

18 Ouvidoria Corporativa. Para a solução amigável de conflitos relacionados à prestação de serviços pelo Itaú Unibanco S.A. objeto deste Contrato, sugestões, reclamações ou pedidos de esclarecimentos poderão ser direcionados ao atendimento comercial, dias úteis das 9 às 18h. Se necessário, utilize o SAC Itaú 0800 728 0728, todos os dias, 24h, ou o Fale Conosco (www.itaunet.com.br). Se desejar a reavaliação da solução apresentada após utilizar esses canais, recorra à Ouvidoria Corporativa Itaú Unibanco 0800 570 0011, dias úteis, das 9 às 18h, Caixa Postal nº 67.600, CEP 03162-971. Deficientes auditivos ou de fala, dias úteis, das 9 às 18h, 0800 722 1722

19 Anexos. Os Anexos 1, 2, 3, 3-A, 3-B, 3-C, 3-D, 3-E, 3-F, 3-G, 3-H e 3-I integram este Contrato.

Estando assim, as partes, certas e ajustadas, firmam o presente instrumento, em 7 (sete) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas, que também o assinam.





Belo Horizonte, 13 de Julho de 2011

GESTORES PRISIONAIS ASSOCIADOS S/A

Nome: Marcos Assumpção Pacheco de Medeiros
Cargo: Diretor Presidente

ITAÚ UNIBANCO S.A.
na qualidade de Agente Garantidor

Nome:
Cargo:

José A. Camilo

Pelo Estado de Minas Gerais
Secretaria de Estado de Defesa Social
na qualidade de Interviente Anuente

Nome:
Cargo:

Lafayette de Andrada
Deputado Estadual
Secretário de Estado de Defesa Social

Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais
na qualidade de interveniente anuente

Nome:
Cargo:

Matheus Costa de Carvalho
Presidente

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico
na qualidade de interveniente anuente

Nome:
Cargo:

Dorothea Werneck
Secretária de Estado

Secretaria de Estado de Fazenda
na qualidade de interveniente anuente

Leonardo Márcio Colombini Lima
Secretário de Estado de Fazenda

Nome:
Cargo:

Testemunhas: 1. _____

2. _____



Soluções para o
Banco do Brasil

Belo Horizonte, 13 de Julho de 2011

GESTORES PRISIONAIS ASSOCIADOS S/A

Nome: Marcos Assumpção Pacheco de Medeiros
Cargo: Diretor Presidente

ITAÚ UNIBANCO S.A.
na qualidade de Agente Garantidor

Nome:

Cargo:

José A. Camilo

Pelo Estado de Minas Gerais
Secretaria de Estado de Defesa Social
na qualidade de Interviente Anuente

Nome:

Cargo:

Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais
na qualidade de interveniente anuente

Nome:

Cargo:

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico
na qualidade de interveniente anuente

Nome:

Cargo:

Secretaria de Estado de Fazenda
na qualidade de interveniente anuente

Nome:

Cargo:

Testemunhas: 1. _____

Nome: RICARDO MACHADO F. VELLOSO
Cargo: DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO

Gilberto L. Costa Junior
Gerente

Nome:

Cargo:

Lafayette de Andrada
Deputado Estadual
Secretário de Estado de Defesa Social

Matheus Costa de Carvalho
Presidente

Dorothea Werneck
Secretária de Estado

Leonardo Márcio Colombara Lima
Secretário de Estado da Fazenda

2. _____



Soluções para o
Mercado de Capitais

**ANEXO 1 AO CONTRATO DE NOMEAÇÃO DE AGENTE GARANTIDOR, CELEBRADO EM
13 de Julho de 2011**

CONTRATO DE CONCESSÃO





Serviço de
Pagamento de
Boleto

ANEXO 2 AO CONTRATO DE NOMEAÇÃO DE AGENTE GARANTIDOR, CELEBRADO EM
13 de Julho de 2011

CONTRATO DE PENHOR



ANEXO 3 AO CONTRATO DE NOMEAÇÃO DE AGENTE GARANTIDOR, CELEBRADO EM
13 de Julho de 2011

CONDIÇÕES OPERACIONAIS

1. PENHOR DE DIREITOS

- 1.1 O Poder Concedente empenhou a favor da Concessionária as Garantias, descritas no item 1.3 abaixo, bem como os recursos provenientes dos pagamentos, resgates e/ou rendimentos oriundos dessas Garantias, conforme o caso, cuja administração será realizada pelo Agente Garantidor, na forma deste Anexo 3.
- 1.1.1. Nos termos da Cláusula 4 do Contrato, as Garantias serão mantidas em depósito na Conta Garantia, a qual será representada pela Conta Vinculada e pela Conta Reserva a seguir definidas:
- 1.1.1.1. O Agente Garantidor abrirá conta vinculada n.º 89706-1, agência 2001 do Agente Garantidor, em nome do Poder Concedente, exclusivamente vinculada a este Contrato, na qual serão depositados os produtos dos pagamentos dos direitos creditórios que compõem as Garantias e dos resgates e pagamentos das debêntures, bem como efetuadas as respectivas movimentações ("Conta Vinculada").
- 1.1.1.2. O Agente Garantidor abrirá conta reserva n.º 89707-9 agência 2001 do Agente Garantidor, em nome do Poder Concedente, exclusivamente vinculada a este Contrato, na qual serão depositados os títulos públicos federais integrantes das Garantias, os rendimentos e resgates dos títulos públicos federais gravados e efetuadas as respectivas movimentações, nos termos deste Contrato ("Conta Reserva").
- 1.1.2. O Agente Garantidor movimentará a Conta Vinculada e a Conta Reserva em estrita obediência ao estabelecido neste Anexo 3, e o Poder Concedente e a Concessionária concordam e declaram-se cientes de que a referida movimentação é exclusiva do Agente Garantidor.
- 1.1.3. O Agente Garantidor poderá movimentar a Conta Vinculada e a Conta Reserva de maneira diversa da prevista neste Anexo 3, na hipótese de ordem judicial, mandamento legal ou regulamentar provenientes de órgãos governamentais.
- 1.2 O valor equivalente ao montante dos bens gravados com penhor é de, aproximadamente, R\$ 409.420.000,00 (quatrocentos e nove milhões, quatrocentos e vinte mil Reais).



1.2.1 O prazo para pagamento das obrigações decorrentes do Contrato de Concessão é de 27 (vinte e sete) anos, contados de 16 de junho de 2009.

1.3 As **Garantias** são constituídas de direitos creditórios, debêntures e títulos da dívida pública federal referidos nos subitens abaixo, sem prejuízo de outros direitos creditórios decorrentes de financiamentos concedidos por fundos estaduais e outros bens graváveis com ônus real, os quais, no caso destes últimos desde que aceitos pela Concessionária, poderão ser objeto do penhor:

1.3.1 Direitos creditórios oriundos de Contratos de Abertura de Crédito, firmados entre o **BDMG**, como mandatário do Governo do Estado de Minas Gerais, e a Fiat Automóveis S.A. ("Fiat Automóveis"), no montante de, aproximadamente, R\$ 226.100.000,00 (duzentos e vinte e seis milhões, cem mil reais), descritos abaixo e no Contrato de Penhor ("Direitos Creditórios").

1.3.1.1 **Direitos Creditórios** no valor aproximado de R\$ 56.5 milhões, oriundos de Contrato de Abertura de Crédito BDMG/BF Nº 138.218/07, firmado entre o **BDMG**, na qualidade de mandatário do Estado de Minas Gerais e a **Fiat Automóveis**, no âmbito do Fundo de Incentivo ao Desenvolvimento – FINDES, regido pela Lei 15.981, de 16 de janeiro de 2006 e respectivos regulamentos;

1.3.1.2 **Direitos Creditórios** no valor aproximado de R\$ 56.6 milhões oriundos de Contrato de Abertura de Crédito BDMG/BF Nº 138.217/07, firmado entre o **BDMG**, na qualidade de mandatário do Estado de Minas Gerais e a **Fiat Automóveis**, no âmbito do Fundo de Incentivo ao Desenvolvimento – FINDES, regido pela Lei 15.981, de 16 de janeiro de 2006 e respectivos regulamentos;

1.3.1.3 **Direitos Creditórios** no valor aproximado de R\$ 58.8 milhões oriundos de Contrato de Abertura de Crédito BDMG/BF Nº 134.593/06, firmado entre o **BDMG**, na qualidade de mandatário do Estado de Minas Gerais, e a **Fiat Automóveis**, no âmbito do Fundo de Incentivo ao Desenvolvimento – FINDES, regido pela Lei 15.981, de 16 de janeiro de 2006 e respectivos regulamentos; e

1.3.1.4 **Direitos Creditórios** no valor aproximado de R\$ 54.2 milhões oriundos de Contrato de Abertura de Crédito BDMG/BF Nº 68.482/97, firmado entre o **BDMG**, na qualidade de mandatário do Estado de Minas Gerais, e a **Fiat Automóveis**, no âmbito do Fundo de Desenvolvimento de Indústrias Estratégicas (FUNDIEST), sucedido pelo Fundo de Incentivo ao Desenvolvimento – FINDES, regido pela Lei 15.981, de 16 de janeiro de 2006 e respectivos regulamentos.



- 1.3.2 5.550 (cinco mil quinhentos e cinquenta) debêntures simples, da espécie quirografária, não conversíveis em ações, sem a emissão de cautelas e certificados, com valor unitário de R\$ 10.000,00 (dez mil Reais) emitidas pela Telemig Celular S.A. (atualmente Vivo S.A.), em 3 séries, subscritas e integralizadas pelo Estado de Minas Gerais, no valor de R\$ R\$55.500.000,00 (cinquenta e cinco milhões e quinhentos mil reais) na data da emissão, conforme quadro abaixo ("Debêntures Telemig"):

	Data de Emissão	Quantidade	Valor (R\$ mil)	Data Vencimento
1ª Serie	17/12/2007	621	6.210,00	05/07/2021
2ª Serie	17/03/2008	1.739	17.390,00	05/07/2021
3ª Serie	09/12/2008	3.190	31.900,00	05/07/2021
Total		5.550	55.500,00	

- 1.3.3 4.718 (quatro mil setecentos e dezoito) debêntures simples, da espécie quirografária, não conversíveis em ações, sem a emissão de cautelas e certificados, com valor unitário de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) emitidas pela BCP S.A (atualmente Claro S.A.), em 2 (duas) séries, subscritas e integralizadas pelo Estado de Minas Gerais, no valor de R\$ 47.180.000,00 (quarenta e sete milhões e cento e oitenta mil reais) na data da emissão, conforme quadro abaixo ("Debêntures BCP"):

	Data de Emissão	Quantidade	Valor (R\$ mil)	Data Vencimento
1ª Serie	27/02/2008	892	8.920,00	05/07/2021
2ª Serie	25/04/2008	3.826	38.260,00	05/07/2021
Total		4.718	47.180,00	

- 1.3.4 3.074 (três mil e setenta e quatro) debêntures simples, da espécie quirografária, não conversíveis em ações, sem a emissão de cautelas e certificados, com valor unitário de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), emitidas pela Telemar Norte Leste (atualmente Oi S.A.), em 2 (duas) séries, subscritas e integralizadas pelo Estado



Soluções em
Seguros e Previdência

de Minas Gerais, no valor de R\$ 30.740.000,00 (trinta milhões setecentos e quarenta mil reais) na data da emissão, conforme quadro abaixo ("Debêntures Telemar"):

	Data de Emissão	Quantidade	Valor (R\$ mil)	Data Vencimento
1ª Serie	28/12/2007	1.108	11.080,00	05/07/2021
2ª Serie	25/04/2008	1.966	19.660,00	05/07/2021
Total		3.074	30.740,00	

1.3.5 O fluxo de amortização das Debêntures Telemig, Debêntures BCP e Debêntures Telemar (em conjunto referidas como "Debêntures") é o constante do quadro abaixo:

(Ano/R\$)	BCP		Telemig Celular			Telemar Norte Leste		Total
	1ª Série	2ª Série	1ª Série	2ª Série	3ª Série	1ª Série	2ª Série	
2018	3.573,163	15.656,329	2.635,074	7.157,087	12.884,517	4.593,530	8.034,314	54.439,013
2019	3.854,810	16.398,818	2.765,002	7.496,421	13.313,559	4.825,824	8.537,505	57.191,940
2020	4.047,481	17.184,770	2.902,639	7.855,618	13.980,761	5.066,914	8.959,153	59.997,355
2021	4.257,417	18.039,362	3.052,056	8.246,185	14.707,768	5.329,607	9.418,582	63.050,997
Total								234.679,305

* calculo feito considerando amortização de principal e juros.

1.3.5.1 A Concessionária se obriga a comunicar o Agente Garantidor sobre os valores oriundos da amortização das Debêntures, incluindo o principal e juros remuneratórios, no prazo de 02 (dois) dias úteis contados do evento de amortização.



1.3.6 Letras Financeiras do Tesouro ("LFTs") com vencimento em 07 de Março de 2015, no total de 12.720 (doze mil e setecentos e vinte) papéis, a um preço unitário de venda de R\$ 3.931,11 (três mil novecentos e trinta e um reais e onze centavos), com as seguintes características:

- (i) valor nominal da data base de R\$ 1.000,00 (um mil reais);
- (ii) rendimento definido pela taxa média ajustada dos financiamentos diários apurados pela SELIC para títulos públicos federais, divulgada pelo Banco Central do Brasil, calculado sobre o valor nominal; e
- (iii) resgate de valor nominal acrescido do rendimento em parcela única na data de vencimento ("Títulos Públicos").

1.4 Em referência à Cláusula 4.1 do Contrato, os documentos a serem entregues pelo Poder Concedente ao Agente Garantidor no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da data de assinatura do presente Contrato, consistem no que segue:

- (i) **Títulos Públicos**, de forma que sejam utilizados nos termos do presente Contrato;
- (ii) declaração das empresas emissoras das **Debêntures** atestando que as referidas debêntures estão devidamente averbadas em seus respectivos livros, nos termos deste Contrato;
- (iii) cópia dos contratos firmados com a Fiat Automóveis os quais deram origem aos **Direitos Creditórios**; e
- (iv) carta de trava de domicílio bancário por meio da qual a Fiat Automóveis se obriga a realizar os pagamentos decorrentes dos **Direitos Creditórios** na Conta Vinculada.

2. VALOR MÍNIMO DOS TÍTULOS PÚBLICOS

- 2.1 Os **Títulos Públicos**, bem como os recursos oriundos de rendimentos e resgates destes, serão depositados na **Conta Reserva** e deverão, durante toda a vigência do presente Contrato, perfazer o montante mínimo equivalente a R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) ("**Valor Mínimo dos Títulos**").
- 2.2 Para apuração do **Valor Mínimo dos Títulos**, o **Agente Garantidor** deverá utilizar o preço unitário de mercado de cada título.
- 2.3 O valor referido no item 2.1 acima será reajustado anualmente com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IPCA - Índice de Preços ao Consumidor Amplo).
- 2.4 Na hipótese de vencimento de **Títulos Públicos** que comprometa o **Valor Mínimo dos Títulos**, o **Agente Garantidor** deverá, em 2 (dois) dias úteis a contar do evento, notificar



o Poder Concedente para que indique os **Títulos Públicos** que deverão ser adquiridos com o valor de resgate dos títulos vencidos ou promova a sua aquisição direta e entrega ao **Agente Garantidor**, sendo na última hipótese restituído ao **Poder Concedente** o valor equivalente aos **Títulos Públicos** adquiridos e entregues, que passarão a integrar as **Garantias**, respeitado, em qualquer situação o limite imposto pelo item 2.1

2.5 O atendimento ao **Valor Mínimo dos Títulos** será verificado diariamente pelo **Agente Garantidor**. Caso os **Títulos Públicos** não sejam suficientes para atendimento do **Valor Mínimo dos Títulos**, o **Agente Garantidor** deverá, em 2 (dois) dias úteis a contar do evento, notificar o **Poder Concedente**, conforme modelo constante do Anexo 3-H, para que recomponha o **Valor Mínimo dos Títulos** no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis a contar do recebimento da notificação, observado o disposto nos itens 5.1.1 e 5.1.2 abaixo, no que for cabível.

2.6 Caso o **Poder Concedente** não recomponha o **Valor Mínimo dos Títulos** no prazo previsto na notificação acima referida, o **Agente Garantidor** deverá reter todos os recursos depositados na **Conta Reserva** e na **Conta Vinculada**, até o valor suficiente para recomposição do **Valor Mínimo dos Títulos**.

2.6.1 Caso o poder concedente apresente, a qualquer momento, **Títulos Públicos** Federais destinados a recompor o **Valor Mínimo dos Títulos**, o **Agente Garantidor** Liberará, em favor do **Poder Concedente** o Valor retido correspondente no prazo máximo de dois dias úteis contados da apresentação dos títulos, nos termos da cláusula 5.1 e subsequentes.

3. VALOR GLOBAL MÍNIMO DAS GARANTIAS

3.1 O valor mínimo de todas as **Garantias**, observado o disposto no item 3.2 abaixo, em cada ano da concessão administrativa objeto do **Contrato de Concessão**, deverá corresponder, durante todo o prazo de vigência deste Contrato, aos valores definidos na tabela abaixo ("**Valor Global Mínimo das Garantias**"):

Ano da Concessão Administrativa, contados de 16/06/2009 ¹	Valor equivalente ao montante de bens gravados com penhor – em R\$ mil (data base da proposta econômica)
01	230.000
02	230.000
03	212.331
04	173.997
05	165.312

¹ Sendo ano 1 contado a partir da assinatura do Contrato de Concessão



06	165.312
07	165.312
08	165.312
09	165.312
10	165.312
11	165.312
12	165.312
13	165.312
14	165.312
15	165.312
16	151.536
17	137.760
18	123.984
19	110.208
20	96.432
21	82.656
22	68.880
23	55.104
24	41.328
25	27.552
26	13.776
27	

3.1.1 Os valores referidos no item 3.1 acima serão reajustados anualmente a contar da data base da proposta Econômica apresentada pela **Concessionária** com base no Índice de Preços ao Consumidor Amplo divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IPCA/IBGE).

3.2 O atendimento ao **Valor Global Mínimo das Garantias** será apurado mediante o somatório dos valores dos **Títulos Públicos**, dos **Direitos Creditórios** e das **Debêntures**, com base nos seguintes critérios, definidos, em conjunto, pela **Concessionária** e pelo **Poder Concedente**, ressalvados os **Títulos Públicos**, para os quais será utilizado o critério definido no item 2.2 deste Anexo 3:

3.2.1 **Debêntures**: para o cálculo do valor das **Debêntures**, deverão ser observadas as cláusulas de remuneração previstas nas Escrituras de Emissão de cada uma das **Debêntures**. O valor das **Debêntures** será atualizado pelos índices e taxas conhecidas até a data de elaboração do cálculo, não cabendo ao Itaú Unibanco efetuar projeções de qualquer natureza. O cálculo do valor das **Debêntures** deverá ser realizado anualmente para cada um dos 12 meses subsequentes e será elaborado multiplicando-se o Preço Unitário ("PU") atualizado pela





Sol - 2008, 2009 e
2010 - 2011

quantidade subscrita, conforme indicados nos boletins de subscrição já entregues ao Itaú Unibanco e listados abaixo:

Debêntres de Emissão Privada - Emissor BCP S/A

Data	Qtde	Valor pago	Subscritor
15/02/2008	892	8.920.000,00	Estado de Minas Gerais / Sec. De Estado de Desenv. Econômico
26/03/2008	3.826	38.260.000,00	Estado de Minas Gerais / Sec. De Estado de Desenv. Econômico
Total	4.718	47.180.000,00	

Debêntres de Emissão Privada - Emissor TELEMAR NORTE LESTE S/A S/A

Data	Qtde	Valor pago	Subscritor
18/12/2007	1.108	11.080.000,00	Estado de Minas Gerais / Sec. De Estado de Desenv. Econômico
12/03/2008	1.966	19.660.000,00	Estado de Minas Gerais / Sec. De Estado de Desenv. Econômico
Total	3.074	30.740.000,00	

Debêntres de Emissão Privada - Emissor TELEMIG CELULAR S S/A

Data	Qtde	Valor pago	Subscritor
17/12/2007	621	6.210.000,00	Estado de Minas Gerais / Sec. De Estado de Desenv. Econômico
06/08/2008	1.739	17.390.000,00	Estado de Minas Gerais / Sec. De Estado de Desenv. Econômico
17/11/2008	3.190	31.900.000,00	Estado de Minas Gerais / Sec. De Estado de Desenv. Econômico
Total	5.550	55.500.000,00	

3.2.2 **Direitos Creditórios:** O Agente Garantidor calculará o valor dos **Direitos Creditórios** atualizando o saldo devedor de todos os títulos, independentemente das datas de concessão dos créditos, bem como das datas de vencimento dos mesmos. Para tanto deverá receber da **Concessionária** ou do **Poder Concedente**, o valor total atualizado até 31/12/2010 e, a partir daí, efetuar a progressão mensal, atualizando pelo IPC-A IBGE + 6% a.a (exponencial 360 dias), ou 0,486755% a.m. O **Agente Garantidor** não será responsável pela correção do valor atualizado até 31/12/10. O valor das amortizações será a soma de todos os créditos recebidos, mensalmente, na **Conta Vinculada**, com exceção dos créditos provenientes da remuneração e amortizações relativas ao item 3.2.1.



- 3.3 O **Agente Garantidor** encaminhará o cálculo elaborado para apuração dos valores das **Debêntures** e dos **Direitos Creditórios** ao **Poder Concedente**, no prazo de 20 (vinte) dias úteis anteriores ao envio do relatório anual previsto no item 3.5 abaixo, para que o **Poder Concedente** ratifique os valores obtidos ou, se for o caso, os conteste justificadamente, no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados do recebimento do cálculo.
- 3.3.1 Após transcorrido o prazo para manifestação do **Poder Concedente**, verificada sua omissão no tocante aos cálculos elaborados pelo **Agente Garantidor**, estes serão considerados como tendo sido aprovados pelo **Poder Concedente**.
- 3.4 A **Concessionária** e o **Poder Concedente** concordam e se declaram cientes de que o **Agente Garantidor** não será responsável por eventuais inconsistências em relação aos valores das **Debêntures** e dos **Direitos Creditórios** apurados por meio da utilização das fórmulas indicadas nos itens 3.2.1 e 3.2.2 acima, que possam afetar a verificação do atendimento ao **Valor Global Mínimo das Garantias**, exceto se tais inconsistências decorrerem de comprovada culpa ou comprovado dolo do **Agente Garantidor** na aplicação das fórmulas.
- 3.5 O atendimento ao **Valor Global Mínimo das Garantias** será verificado anualmente pelo **Agente Garantidor**, até o 5º (quinto) dia útil do mês de janeiro de cada ano. Caso a verificação indique que, para o período subsequente de 12 (meses), de janeiro a dezembro do ano seguinte, não será atendido o **Valor Global Mínimo das Garantias**, o **Agente Garantidor** comunicará o fato ao **Poder Concedente**, no prazo de 2 (dois) dias úteis da verificação, com cópia da correspondência para a **Concessionária**, para que o **Poder Concedente** efetue, no prazo de 30 (trinta) dias úteis, a necessária complementação, observado o previsto nos itens 5.1.1 e 5.1.2 abaixo. A correspondência deverá ser enviada conforme carta modelo Anexo 3-A e deverá apresentar o valor a ser reposto, o detalhamento do valor atual das **Garantias** e sua composição.
- 3.6 O **Poder Concedente** terá o prazo de 20 (vinte) dias úteis para notificar a **Concessionária**, com cópia para o **Agente Garantidor**, indicando a natureza dos ativos que serão utilizados para repor e/ou complementar o montante necessário para perfazer o **Valor Global Mínimo das Garantias**, conforme modelo Anexo 3-B.
- 3.6.1 A escolha dos bens para reposição e/ou complementação poderá recair sobre novos direitos creditórios oriundos de financiamentos concedidos por fundos estaduais. A decisão sobre qual bem será utilizado para reposição e/ou complementação será tomada segundo critério exclusivo do **Poder Concedente**, não cabendo à **Concessionária** qualquer direito de opção na escolha dos bens, desde que respeitado o previsto no **Contrato de Concessão**.
- 3.6.2 O **Poder Concedente**, no intuito de assegurar a qualidade e a liquidez dos bens destinados à reposição ou complementação de garantia, poderá contratar



auditor independente que será encarregado de certificar que o processo de classificação de risco de crédito das operações dos fundos estaduais, adotado pelo **BDMG**, está em conformidade com os parâmetros da Resolução do Conselho Monetário Nacional- CMN n. 2.682, de 21.12.1999 e alterações posteriores.

- 3.7 Na hipótese de comprovada inadimplência dos devedores dos **Direitos Creditórios** comunicada pelo **Agente Garantidor** ao **BDMG**, o **Poder Concedente** promoverá sua substituição, no prazo de 30 (trinta) dias úteis, por novos bens, observado o previsto nos itens 3.6.1, 3.6.2 e 3.9 deste Anexo 3.
- 3.8 Se quaisquer das **Garantias** forem objeto de penhora, seqüestro, arresto ou qualquer outra medida judicial ou administrativa, ou ainda, se sofrerem depreciação, deterioração ou desvalorização, o **Poder Concedente** reforçará, substituirá, reporá ou complementar as garantias objeto deste Contrato, no prazo de 30 (trinta) dias úteis contados da ciência do evento, observado o previsto nos itens 3.6.1, 3.6.2 e 3.9 deste Anexo 3.
- 3.9 O **Agente Garantidor** não será responsável, em nenhuma hipótese, pela verificação dos critérios de elegibilidade dos direitos creditórios que eventualmente sejam dados em garantia para fins de complementação e/ou recomposição do **Valor Global Mínimo das Garantias**, conforme previsto neste Contrato, cabendo ao **Poder Concedente** a responsabilidade por tal verificação.

4. HIPÓTESES DE INADIMPLENTO DO PODER CONCEDENTE

- 4.1 Na hipótese de o **Poder Concedente** não realizar o pagamento da contraprestação mensal prevista no **Contrato de Concessão**, a **Concessionária** deverá notificar o **Agente Garantidor** acerca da inadimplência do **Poder Concedente**, conforme modelo constante do Anexo 3-C deste Contrato, a fim de que sejam executadas as **Garantias**, devendo ser anexados na notificação os seguintes documentos:
- (i) fatura pela prestação dos serviços;
 - (ii) relatório de auditoria realizada pelo Verificador Independente, conforme definido no **Contrato de Concessão**; e
 - (iii) comprovante de protocolo dos documentos dos subitens (i) e (ii) acima perante o **Poder Concedente**.
- 4.2 Recebida a notificação prevista no item 4.1 acima, o **Agente Garantidor** comunicará o **Poder Concedente**, por escrito, conforme modelo de carta previsto no Anexo 3-D deste Contrato, a respeito da notificação da **Concessionária**, facultando-lhe a purgação da mora no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis a contar do recebimento da referida carta. Caberá ao **Poder Concedente** comunicar ao **Agente Garantidor**, no menor prazo possível, caso realize o pagamento da contraprestação devida.





Sistema de Pagamento
Prestação de Serviços

- 4.2.1 Caso o **Poder Concedente** realize o pagamento da contraprestação devida, o **Agente Garantidor** não poderá ser responsabilizado, em nenhuma hipótese, se o **Poder Concedente** não o comunicar nesse sentido.
- 4.3 Caso o **Poder Concedente** não pague o valor devido no prazo estipulado no item 4.2 acima, o **Agente Garantidor** deverá proceder da seguinte forma:
- 4.3.1 Por primeiro, deverão ser executados os **Títulos Públicos**, mediante resgate antecipado ou venda a terceiros. Os recursos dessa venda deverão ser transferidos à **Concessionária**, na conta corrente nº 06172-2, agência 7475, mantida junto ao Itaú Unibanco S.A., em 1 (um) dia útil a contar do depósito na **Conta Reserva**. Neste caso, deverão ser retirados, imediatamente, todos os recursos oriundos das **Garantias** e depositados na **Conta Vinculada**, até que seja recomposto o **Valor Mínimo dos Títulos** nos termos do item 2.6 acima. Caso não haja recursos em moeda corrente nacional suficientes para complementar o **Valor Mínimo dos Títulos**, o **Poder Concedente** fica obrigado a adotar todas as providências necessárias, conforme previsto neste Contrato, de forma a manter o **Valor Mínimo dos Títulos**.
- 4.3.2 Sanada a inadimplência e caso haja recursos em moeda corrente disponíveis na **Conta Vinculada** após a complementação em títulos da dívida pública federais para a manutenção do **Valor Mínimo dos Títulos**, estes serão liberados para o **Poder Concedente**, nos termos do item 5.1 abaixo.
- 4.3.3 Caso os recursos oriundos da **Conta Reserva** não sejam suficientes para quitação da inadimplência, o **Agente Garantidor** deverá notificar a **Concessionária**, conforme modelo previsto no Anexo 3-E deste Contrato, para que esta proceda da seguinte forma:
- 4.3.3.1 Após o recebimento da notificação, a **Concessionária** deverá apurar o preço de venda das **Debêntures**.
- 4.3.3.2 Caso a **Concessionária** encontre um comprador, deverá informar o **Agente Garantidor** e o **Poder Concedente**, por meio da notificação cujo modelo consta do Anexo 3-F deste Contrato, apresentando a listagem dos interessados nas **Debêntures**, o valor máximo de compra ofertado para aquisição. Se o valor de venda encontrado for inferior ao valor de face das **Debêntures**, a **Concessionária** informará tal fato na mesma notificação, solicitando ao **Poder Concedente** o exercício da opção de venda pelo valor encontrado ou a substituição da garantia. A decisão sobre o exercício da opção de venda ou a substituição da garantia ficará a critério do **Poder Concedente**.



- 4.3.3.3 Caso o **Poder Concedente** opte pela efetiva venda das **Debêntures** ou realize a substituição de garantias, o **Poder Concedente** deverá, respectivamente, no caso da primeira opção, proceder à complementação do valor da garantia ou, no caso da segunda opção, realizar a substituição de garantias, ambos no prazo de 30 (trinta) dias úteis contados do recebimento da notificação referida no subitem 4.3.3.2 acima, conforme estabelecido na cláusula 28.10 do **Contrato de Concessão** e seguindo o fluxo estabelecido no referido **Contrato de Concessão**.
- 4.3.3.4 Caso o **Poder Concedente** não substitua as garantias no prazo acima indicado, a **Concessionária** fica, desde já, autorizada a realizar a venda das **Debêntures** pelos valores ofertados, nos termos do subitem 4.3.3.2.
- 4.3.4 Após observados os procedimentos previstos nos subitens 4.3.1 e 4.3.3 acima, caso os recursos dali decorrentes ainda não sejam suficientes para a quitação da inadimplência, o **Agente Garantidor** fica autorizado a repassar a **Concessionária**, na conta corrente indicada no item 4.3.1, os recursos oriundos da quitação dos **Direitos Creditórios**.
- 4.3.5 Resolvida a situação de inadimplência, nos casos em que tenha sido necessária a excussão das **Garantias**, o **Agente Garantidor** deverá enviar notificação ao **Poder Concedente**, por meio de carta cujo modelo consta do Anexo 3-G, demonstrando a situação atualizada das **Garantias**, explicitando o valor global, composição e solicitando a complementação ou a recomposição das **Garantias** caso necessário, observado o previsto nos itens 3.6.1, 3.6.2 e 3.9 deste Anexo 3.

5. OPERAÇÃO DA CONTA RESERVA E CONTA VINCULADA

- 5.1 Caso estejam atendidos o **Valor Mínimo dos Títulos** e o **Valor Global Mínimo das Garantias**, bem como não haja situação de inadimplência e de necessidade de substituição dos bens dados em garantia, nos termos deste Contrato e do Contrato de Concessão, o **Agente Garantidor** deverá liberar os recursos financeiros depositados na **Conta Vinculada** e na **Conta Reserva** em favor do **Poder Concedente**, mediante crédito na conta única do Tesouro do Estado de Minas Gerais nº 60.000-3, mantida na agência 3380 do Itaú Unibanco em até 2 (dois) dias úteis a contar da disponibilidade dos recursos, sem prejuízo da manutenção do **Valor Mínimo dos Títulos** e do **Valor Global Mínimo das Garantias**. As informações sobre a liberação de referidos recursos estarão disponíveis ao **Poder Concedente** na forma de extrato de movimentação por meio do Itaú Bankline Empresa Plus.



5.1.1 Se necessário à manutenção do **Valor Global Mínimo das Garantias**, a liberação de que trata o item 5.1 acima será antecedida da apresentação de novos bens a serem submetidos a penhor, a ser realizada no prazo de 30 (trinta) dias úteis contados da disponibilidade dos recursos financeiros oriundos dos pagamentos dos direitos creditórios referentes a fundos estaduais, dos resgates das debêntures e dos rendimentos e resgates dos títulos da dívida pública federal, observado o previsto nos itens 3.6.1, 3.6.2 e 3.9 deste Anexo 3.

5.1.2 Fica o **Agente Garantidor**, desde já, autorizado, de forma irrevogável e irretratável, a reter, na **Conta Vinculada** e na **Conta Reserva**, os valores decorrentes dos bens gravados, enquanto não apresentados os novos bens substitutivos ou se houver qualquer causa autorizadora da execução das **Garantias**, observado o **Valor Global Mínimo das Garantias**.

5.2 Independentemente de quaisquer condições, e conforme previsto na Cláusula 9, item (k), do Contrato, o **Agente Garantidor** deverá transferir em favor do **BDMG**, na conta corrente nº 00765-2, mantida na agência 3380-1 do Itaú Unibanco S.A., sempre que houver o pagamento dos **Direitos Creditórios** e no prazo de 2 (dois) dias úteis a contar do depósito dos recursos na **Conta Vinculada**, o equivalente a 3% (três por cento) dos recursos creditados oriundos do pagamento dos **Direitos Creditórios**, que correspondem à remuneração do **BDMG** na qualidade de agente financeiro de fundos estaduais a que se referem os direitos creditórios objeto das **Garantias**.

6. PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÕES

6.1 Para fins da Cláusula 9, item (h), deste Contrato, todos os relatórios sobre movimentação de bens e recursos na **Conta Vinculada** e na **Conta Reserva** serão disponibilizados por meio eletrônico, via **Itaú Bankline Empresa Plus**, ressalvada a hipótese do item 6.2 abaixo.

6.2 O **Agente Garantidor** deverá encaminhar, anualmente, no 5º (quinto) dia útil do mês de janeiro de cada ano, à **Concessionária** e ao **Poder Concedente**, relatório sobre a movimentação dos bens e recursos objeto deste Contrato, referente aos 12 (doze) meses do ano anterior, mediante extrato da **Conta Reserva** e da **Conta Vinculada**, cujo modelo consta do Anexo 3-1 deste Contrato.

6.2.1 Nos termos da Cláusula 9, item (i), deste Contrato, o **Agente Garantidor** deverá fornecer uma senha eletrônica ao **Poder Concedente**, à **Concessionária** e ao **BDMG** para permitir-lhes a consulta eletrônica diária no **Itaú Bankline Empresa Plus** da movimentação de recursos, de forma que estes tomem ciência dos depósitos efetuados na **Conta Reserva** e na **Conta Vinculada** imediatamente à sua realização.

- 6.3 A Concessionária, o Poder Concedente e o BDMG poderão solicitar ao Agente Garantidor informações adicionais relativas a este Contrato, as quais deverão ser prestadas no prazo de 20 (vinte) dias úteis a contar do recebimento da solicitação.

7. DISPOSIÇÕES GERAIS

- 7.1 O Poder Concedente autoriza o Agente Garantidor a fornecer à Concessionária e ao BDMG todas as informações referentes a qualquer movimentação e o saldo da Conta Vinculada e da Conta Reserva, renunciando ao direito de sigilo bancário em relação a tais informações, de acordo com o inciso V, parágrafo 3º, artigo 1º, da Lei Complementar nº 105/2.001.
- 7.2 O Agente Garantidor terá o direito de confiar em laudo arbitral, ordem, sentença judicial ou outro tipo de instrumento escrito que lhe for entregue, conforme aqui previsto, sem que fique obrigado a verificar a autenticidade ou a exatidão dos fatos neles declarados ou sua adequação, dando ciência às partes dentro do prazo de 48 (quarenta e oito) horas de seu recebimento.
- 7.3 O Agente Garantidor não prestará declaração quanto ao conteúdo, à validade, ao valor, à autenticidade, ou à possibilidade de cobrança de qualquer debêntures, ou título, ou outro documento, ou instrumento por ele detido ou a ele entregue, em relação a este contrato.
- 7.4 O Agente Garantidor não será responsável caso, por força de decisão judicial, tome ou deixe de tomar qualquer medida que de outro modo seria exigível.
- 7.5 O Agente Garantidor não está obrigado a verificar a veracidade da notificação que lhe for entregue e não será, de nenhuma forma, responsabilizado por eventuais fatos danosos dela decorrentes, devendo dar ciência às partes dentro do prazo de 48 (quarenta e oito) horas de seu recebimento.
- 7.6 O Agente Garantidor não será responsável, perante o Poder Concedente e a Concessionária, se os valores depositados na Conta Vinculada e na Conta Reserva forem bloqueados por ordem administrativa ou judicial, emitida por autoridade à qual o Agente Garantidor esteja sujeito, entre outras, Banco Central do Brasil, Conselho Monetário Nacional e Secretaria da Receita Federal.
- 7.7 O recolhimento dos tributos incidentes sobre esta contratação será realizado pela parte definida como contribuinte pela legislação tributária, na forma nela estabelecida.
- 7.8 O Agente Garantidor não terá nenhuma responsabilidade em relação às formalidades legais para a regular constituição de garantias.



ANEXO 3-A AO CONTRATO DE NOMEAÇÃO DE AGENTE GARANTIDOR, CELEBRADO EM
13 de Julho de 2011

São Paulo, de Janeiro de 20__

À Secretaria de Estado de ____ de Minas Gerais
c/c: GESTORES PRISIONAIS ASSOCIADOS

Ref: Projeto PPP no Sistema Penitenciário – Carta Anual de Verificação do Valor Global Mínimo das Garantias – Conta Vinculada n. _____

Conforme previsto no Contrato de Nomeação de Agente Garantidor, celebrado em xx/xx/xxxx, verificamos a insuficiência de bens para a manutenção do **Valor Global Mínimo das Garantias** prestadas pelo **Poder Concedente** em favor da **Concessionária**, no âmbito da Concessão Administrativa relativa ao Projeto ora em referência.

Dessa forma, solicitamos que, no prazo de 30 (trinta) dias úteis contados do recebimento desta, seja efetuada a necessária complementação das **Garantias**, com base nas informações abaixo:

1. Valor global atual dos bens dados em garantia em xx/xx/xx: R\$ _____, sendo este montante composto por:
 - Debêntures: R\$ _____
 - Direitos Creditórios: R\$ _____
 - Títulos Públicos: R\$ _____
2. Valor a ser recomposto: R\$ _____

Atenciosamente,

ITAÚ UNIBANCO S.A.





ANEXO 3-B AO CONTRATO DE NOMEAÇÃO DE AGENTE GARANTIDOR, CELEBRADO EM
13 de Julho de 2011

Belo Horizonte, xx de xxxxxxx de 20xx

À GESTORES PRISIONAIS ASSOCIADOS
c/c: ITAÚ UNIBANCO S.A.

Ref: Projeto PPP no Sistema Penitenciário - Notificação de recomposição de Valor Global das
Garantias - Conta Vinculada n. _____

Conforme carta recebida do Itaú Unibanco S.A. em xx/xx/xxxx, notificamos que faremos a
reposição/complementação dos bens dados em garantia de modo a perfazer o valor global total
estabelecido no Contrato de Concessão.

Diante do acima exposto, o valor a ser reposto/substituído pelo Poder Concedente no Projeto
ora em questão é de R\$ _____, composto por [direitos creditórios].

Abaixo, segue descrição com as principais características de cada um dos bens ora oferecidos
para reposição/substituição da garantia, de modo a perfazer o valor global total estabelecido no
Contrato de Concessão:

[]

Permanecemos à disposição para quaisquer esclarecimentos que se façam necessários.

Atenciosamente,

Secretaria de Estado de _____ de Minas Gerais





Soluções para
Mundo de Negócios

ANEXO 3-C AO CONTRATO DE NOMEAÇÃO DE AGENTE GARANTIDOR, CELEBRADO EM
13 de Julho de 2011

Belo Horizonte, xx de xxx de 20xx

Ao ITAÚ UNIBANCO S.A.

Ref: Projeto PPP no Sistema Penitenciário - Notificação de Inadimplência do Poder
Concedente. Conta Vinculada n. _____

Fazemos referência à Concessão Administrativa relativa ao Projeto ora em referência, para
comunicar que o **Poder Concedente** está inadimplente, conforme abaixo identificado:

- Contraprestação pecuniária relativa ao mês [indicar]
- Valor devido: R\$ _____

Neste sentido, seguem anexos os seguintes documentos nos termos do Contrato de Concessão:

- fatura pela prestação dos serviços;
- relatórios de auditoria realizada pelo Verificador Independente;
- comprovante de que foi realizado pela **Concessionária**, o protocolo dos documentos descritos nas alíneas anteriores perante o Poder Concedente.

Desta forma, solicitamos que V.Sas. comuniquem o **Poder Concedente** a respeito da
inadimplência, para que este realize o pagamento pendente acima especificado no prazo
máximo de 10 (dez) dias úteis.

Na hipótese do **Poder Concedente** não realizar o pagamento do valor acima referido no prazo
assinalado, dever-se-á iniciar o processo de excussão das garantias, conforme previsto no
Contrato de Nomeação de Agente Garantidor.

Atenciosamente,

GESTORES PRISIONAIS ASSOCIADOS





Soluções para o
Mercado de Capitais

**ANEXO 3-D AO CONTRATO DE NOMEAÇÃO DE AGENTE GARANTIDOR, CELEBRADO EM
13 de Julho de 2011**

São Paulo, xx de Xxxxxx de 20xx

À Secretaria de Estado de _____ de Minas Gerais
c/c: GESTORES PRISIONAIS ASSOCIADOS

Ref: Projeto PPP no Sistema Penitenciário – Notificação de Inadimplência e pedido de
pagamento de contraprestação. Conta Vinculada n. _____

Fazemos referência à Concessão Administrativa relativa ao Projeto ora em referência, para
comunicar que fomos informados pela **Concessionária**, em xx/xx/xxxx, que o **Poder
Concedente** está inadimplente, conforme abaixo identificado:

- Contraprestação pecuniária relativa ao mês [indicar]
- Valor devido: R\$ _____

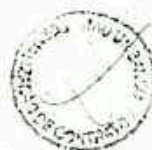
Desta forma, solicitamos que V.Sas. realizem o pagamento pendente acima especificado no
prazo máximo de 10 dias úteis contados do recebimento desta notificação, para efeito da
purgação da mora.

Lembramos que, na hipótese do não pagamento do valor acima indicado no prazo aqui
assinalado, na qualidade de agente garantidor, providenciaremos a liberação, em favor da
Concessionária, do valor equivalente àquele devido pelo **Poder Concedente**, objetivando
proporcionar a quitação da inadimplência, mediante a excussão das garantias dadas à
Concessionária, observados os termos do Contrato de Nomeação de Agente Garantidor.

Atenciosamente,

ITAÚ UNIBANCO S.A.

Andréa Assis de Teodoro
Consultoria Jurídica
Consultoria Jurídica





**ANEXO 3-E AO CONTRATO DE NOMEAÇÃO DE AGENTE GARANTIDOR, CELEBRADO EM
13 de Julho de 2011**

São Paulo, xx de Xxxxxx de 20xx

À GESTORES PRISIONAIS ASSOCIADOS

Ref: Projeto PPP no Sistema Penitenciário – Notificação de insuficiência de recursos para pagamento de contraprestação inadimplida. Conta Vinculada n. _____

Fazemos referência à Concessão Administrativa relativa ao Projeto ora em referência e à notificação de inadimplência do **Poder Concedente** cumulada com pedido de pagamento de contraprestação encaminhada por V.Sas. em xx/xx/xxxx.

Para fins da Cláusula 4.3.3 e seguintes do Anexo 3 do Contrato de Nomeação de Agente Garantidor, celebrado em xx/xx/xxxx, informamos que os recursos oriundos da **Conta Reserva** não foram suficientes para a quitação do valor devido pelo **Poder Concedente**, conforme abaixo indicado:

- Contraprestação pecuniária relativa ao mês [indicar]
- Valor total devido: R\$ _____
- Valor remanescente: R\$: _____

Atenciosamente,

ITAÚ UNIBANCO S.A.





Soluções para o
Negócio do Cidadão

ANEXO 3-F AO CONTRATO DE NOMEAÇÃO DE AGENTE GARANTIDOR, CELEBRADO EM
13 de Julho de 2011

Belo Horizonte, xx de xxxxxxxx de 20xx

Ao Itaú Unibanco S.A.
e Secretaria de Estado de Defesa Social de Minas Gerais

Ref: Projeto PPP no Sistema Penitenciário – PROCESSO DE VENDA DE DEBÊNTURES. Conta
Vinculada n. _____

Fazemos referência à Concessão Administrativa relativa ao Projeto ora em referência para
informar que, em razão da inadimplência do **Poder Concedente** e para fins do item 4.3.3.2, do
Anexo 3, do Contrato, as seguintes pessoas físicas ou jurídicas possuem interesse na aquisição
das debêntures privadas dadas em garantia pelo **Poder Concedente** à **Concessionária**:

- I. Nome/Denominação do potencial comprador;
- II. Emissora;
- III. Quantidade;
- IV. Valor ofertado para aquisição;

[Incluir redação abaixo caso o valor de venda encontrado seja inferior ao valor de face]

Em razão de o valor máximo ofertado ser inferior ao valor de face das debêntures privadas
dadas em garantia, solicitamos que o **Poder Concedente**, a seu exclusivo critério:

- (a) realize a venda das debêntures pelo valor indicado no item IV acima, devendo, neste caso,
o **Poder Concedente** efetuar a complementação do valor desta garantia no prazo de 30
dias úteis, conforme estabelecido na cláusula 28.10.1 do Contrato de Concessão, ou
- (b) realize a substituição desta garantia no prazo de 30 dias úteis contados do recebimento desta
notificação, conforme estabelecido na cláusula 28.10.1 do Contrato de Concessão.

Atenciosamente,

GESTORES PRISIONAIS ASSOCIADOS

Assessoria Jurídica
Coordenadoria Jurídica
Coordenadoria Jurídica





ANEXO 3-G AO CONTRATO DE NOMEAÇÃO DE AGENTE GARANTIDOR, CELEBRADO EM
13 de Julho de 2011

São Paulo, xx de xxxxxx de 20xx

À Secretaria de Estado de _____ de Minas Gerais

Ref: Projeto PPP no Sistema Penitenciário – Notificação de excussão de garantia e pedido de reposição. Conta Vinculada n. _____

Fazemos referência à Concessão Administrativa relativa ao Projeto ora em referência, para informar que a contraprestação inadimplida pelo **Poder Concedente**, nos termos do Contrato de Nomeação de Agente Garantidor, celebrado em xx/xx/xxxx, foi devidamente quitada por meio da excussão das seguintes garantias dadas em penhor pelo **Poder Concedente** em favor da **Concessionária**:

[descrever espécie, quantidade e valor]

Desta forma, o Valor Mínimo dos Títulos e o Valor Global Mínimo das Garantias, após a quitação do inadimplemento, são de R\$ _____, respectivamente, compostos por:

[descrever]

[No caso em que seja necessária a complementação ou recomposição das Garantias, incluir a redação abaixo:]

Tendo em vista a excussão das garantias do **Poder Concedente** com relação aos bens acima descritos, solicitamos que seja providenciada, pelo **Poder Concedente**, a reposição/complementação dos bens dados em penhor, até o limite dos montantes descritos no Contrato de Concessão.

Permanecemos à disposição para quaisquer esclarecimentos que se façam necessários.

Atenciosamente,

ITAÚ UNIBANCO S.A.

André Medeiros Teodoro
Consultoria Jurídica
Consultoria Jurídica





ANEXO 3-H AO CONTRATO DE NOMEAÇÃO DE AGENTE GARANTIDOR, CELEBRADO EM
13 de Julho de 2011

São Paulo, de de 20__

À Secretaria de Estado de _____ de Minas Gerais
c/c: GESTORES PRISIONAIS ASSOCIADOS

Ref: Projeto PPP no Sistema Penitenciário – Carta de Verificação do Valor Mínimo dos Títulos –
Conta Reserva n. _____

Em atendimento ao Contrato de Nomeação de Agente Garantidor, celebrado em xx/xx/xxxx,
vimos por meio desta notificá-los quanto à insuficiência de bens para a manutenção do Valor
Mínimo dos Títulos.

Dessa forma, solicitamos que, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contados do
recebimento desta, seja efetuada a necessária recomposição do Valor Mínimo dos Títulos,
com base nas informações abaixo:

1. Valor atual dos títulos dados em garantia em xx/xx/xx: R\$ _____
2. Valor a ser recomposto: R\$ _____

Atenciosamente,

ITAÚ UNIBANCO S.A.





ANEXO 3-I AO CONTRATO DE NOMEAÇÃO DE AGENTE GARANTIDOR, CELEBRADO EM
13 de Julho de 2011

São Paulo, xx de xxxxxx de 20xx

À Secretaria de Estado de _____ de Minas Gerais
c/c: GESTORES PRISIONAIS ASSOCIADOS

Ref: Projeto PPP no Sistema Penitenciário -- Relatório anual sobre movimentação de bens e recursos. Conta Vinculada n. _____

Fazemos referência à Concessão Administrativa relativa ao Projeto ora em referência a fim de encaminhar-lhes o relatório sobre a movimentação dos bens e recursos objeto do Contrato de Nomeação de Agente Garantidor, celebrado em xx/xx/xxxx, referente ao período de xx/xx/xxxx a xx/xx/xxxx, conforme abaixo.

[inserir relatório das contas]

Permanecemos à disposição para quaisquer esclarecimentos que se façam necessários.

Atenciosamente,

ITAÚ UNIBANCO S.A.

